

MICROCRÉDITO SOB ANÁLISE: eficácia dos programas sob a ótica da comunidade internacional

EDUARDO ALVERNE MELO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ (UFC)

SANDRA MARIA DOS SANTOS

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ (UFC)

MICROCRÉDITO SOB ANÁLISE: eficácia dos programas sob a ótica da comunidade internacional

1 INTRODUÇÃO

O microcrédito tem sido apontado por diversos autores como uma das principais ações para a redução da pobreza e das desigualdades regionais, e inclusão das minorias (TORGA *et al.*, 2017; SANTOS e CARRION, 2009; KHAN *et al.*, 2017). A Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu, em setembro de 2000, na Declaração do Milênio (UN, 2000), que erradicação da pobreza e da fome, e a promoção da igualdade entre os sexos e da autonomia das mulheres são dois dos oito objetivos do milênio, metas primordiais “para a construção de um mundo mais seguro, mais próspero e mais justo” (UN,2000). Em 18 de novembro de 2004, a ONU anunciou que 2005 seria o ano internacional do microcrédito (UN, 2004), evidenciando o microcrédito como a principal estratégia para o atingimento desses objetivos (GÜNGEN, 2018). Em 2015, a ONU lançou a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (UN, 2015), ratificando os desafios estabelecidos na Declaração do Milênio.

Segundo Barone (*et al.* 2012, p.11), o microcrédito pode ser definido como:

(...) a concessão de empréstimos de baixo valor a pequenos empreendedores informais e microempresas sem acesso ao sistema financeiro tradicional, principalmente por não terem como oferecer garantias reais. É um crédito destinado à produção (capital de giro e investimento) e é concedido com o uso de metodologia específica.

O microcrédito é, portanto, uma estratégia que visa a superar as dificuldades de concessão de crédito a pequenos empreendedores e pessoas em vulnerabilidade social, promovendo desenvolvimento regional e melhorando a qualidade de vida da população (RIBEIRO *et al.*, 2014). Para Alves e Camargos (2014), o acesso ao crédito é muito importante para que empreendimentos informais e microempresas tenham acesso aos bens de produção e possam mitigar a inadimplência, possibilitando melhorias em seu resultado. Armendáriz e Morduch (2010) propõem ainda, que além da necessidade de juros mais baixos, e dificuldade ao acesso a garantias, a população carente também sofre com a assimetria de informação que os bancos dispõem sobre os mais pobres, que geralmente trabalham na informalidade. Como o microcrédito propõe metodologia diferenciada de análise de risco, essa dificuldade tende a ser mitigada.

Apesar dos aspectos benéficos do microcrédito apresentados pela literatura, alguns autores apontam que o microcrédito nem sempre apresenta os resultados desejados (ARMENDÁRIZ e MORDUCH; 2010). Estes autores (ARMENDÁRIZ e MORDUCH; 2010) também advertem sobre a escassez de estudos rigorosos sobre seus impactos e ratificam a importância de mais estudos sobre o assunto. Similarmente, Magdalon e Funchal (2016) também apontam a escassez de estudos no Brasil sobre o impacto do microcrédito na geração da renda dos participantes do programa. Uma pesquisa (ANJOS *et al.*, 2020) aponta evidências de que programas de microcrédito de bancos públicos no Brasil podem não alcançar os trabalhadores de rua (camelôs) devido à forma como esses programas foram desenhados.

Dada a importância do microcrédito como estratégia de mitigação da pobreza e de financiamento das atividades produtivas de empreendedores informais e microempresas, e considerando a diversidade de relatos e resultados apresentados pela comunidade científica internacional sobre o assunto, urge conhecer como são descritos os resultados dessas experiências, respondendo à seguinte questão de pesquisa: *qual é a eficácia dos programas de microcrédito sob a ótica dos pesquisadores internacionais da temática?*

Este estudo tem por objetivo geral conhecer os relatos e resultados das pesquisas internacionais sobre esta temática que enfoquem na eficácia do microcrédito. Os objetivos específicos desta pesquisa são: a) caracterizar os artigos recentes mais relevantes sobre a

temática, b) descrever as principais temáticas pesquisadas, e c) apresentar os resultados das pesquisas em microcrédito.

A presente pesquisa realizou um estudo bibliográfico, de natureza qualitativa, empregando uma metodologia do tipo revisão sistemática de literatura (RBS) utilizando o modelo proposto por Conforto (*et al.*, 2011) chamado *RBS Roadmap*. A pesquisa levantou os artigos na temática de microcrédito indexados na rede *Web of Science* nos últimos 5 anos (de 2016 a 2021) e selecionou os artigos com três citações ou mais, excluindo-se da seleção aqueles que não se referiam à temática do microcrédito. Os artigos resultantes foram analisados e classificados quanto às principais temáticas estudadas e selecionados aqueles que tratam sobre a eficácia dos programas de microcrédito. Os 72 artigos restantes compõem a amostra e foram analisados quanto aos resultados propostos pelos autores.

O presente estudo adotou uma postura crítica quanto às ações de microcrédito, e poderá auxiliar gestores públicos e cidadãos a avaliar a importância do microcrédito para a redução da pobreza e inclusão de minorias, bem como conhecer as tendências e desafios apontados pela comunidade científica internacional para o desenvolvimento do setor.

Este estudo é composto por outras quatro seções, que contemplam a revisão da literatura, a metodologia empregada, a análise dos resultados e discussão dos resultados obtidos e as considerações finais, respectivamente.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Esta seção apresenta os principais conceitos pertinentes à temática de microcrédito e apresenta uma síntese da forma como o microcrédito tem sido descrita pela literatura.

2.1 O microcrédito no contexto da microfinanças

Embora para Armendáriz e Morduch (2010), o termo microcrédito seja, muitas vezes utilizada como sinônimo de microfinanças, há uma tendência de se diferenciar os significados destes dois termos, onde o primeiro se refere especificamente às ações de crédito para empreendedores e microempresas, e o segundo incluiria também ações de poupança social ou investimentos financeiros (ULLAH e KHAN, 2017; MIA *et al.*, 2019). Mia (*et al.*, 2019) acrescenta ainda que o microcrédito é um subtipo de microfinanças, embora tenha antecedido historicamente a ela. Além do microcrédito, as microfinanças incluem inúmeras atividades voltadas aos pobres e população economicamente vulnerável com o objetivo de apoiá-las economicamente, como microsseguros de vida, safra, saúde, transferência direta de bens de capital (vacas, cabras, máquinas de costura etc), programas de poupança compulsória, dentre outros.

2.2 História moderna do microcrédito no Brasil

O microcrédito moderno surgiu com a iniciativa do professor Muhammad Yunus, em Bangladesh, na década de 1970: o fundador do Grameen Bank propunha que é possível ofertar crédito à população carente de maneira sustentável (cobrindo o risco de inadimplência e obtendo lucro), caso seja adotada metodologias específicas para operar com esse público (BARONE *et al.*, 2002). Assim, a dificuldade de acesso a garantias, assimetria informacional pela ausência de histórico de crédito, falta de renda comprovada e baixa capacidade de pagamento poderiam ser superadas com o reduzido valor do mútuo, taxas de juros reduzidas, adoção de aval solidário e prestação de assessoria técnica para o emprego produtivo do crédito (aumentando a renda do credor) (SANTOS e CARRION; 2009). O sucesso da experiência rendeu a Yunus o Prêmio Nobel da Paz em 2006 e estimulou diversas experiências similares em mais de 30 países, incluindo o Brasil (SANTOS e CARRION, 2009; BARONE *et al.*, 2002).

Segundo Barone (*et al.*, 2002), o Brasil foi um dos primeiros países a experimentar o microcrédito, em 1973, através da organização não governamental AITEC (atual *Accion International*). Em 1997, o Banco Mundial e o banco estatal Banco do Nordeste lançaram o programa Crediamigo, que tornou o Banco do Nordeste, dois anos depois, “a segunda maior

instituição no fornecimento de microcrédito na América Latina” (SANTOS e SANTOS, 2017, p. 34).

Diferentemente da experiência de Yunus, que utilizou capital próprio e de doações (BARONE *et al.*, 2002), o microcrédito no Brasil e na América Latina contou primordialmente com o incentivo primordialmente da iniciativa pública (SANTOS e SANTOS, 2017). Dessa forma, as experiências com microcrédito no mundo divergem fundamentalmente da experiência latino-americana. Para esses autores (SANTOS e SANTOS; 2017), enquanto no resto do mundo o microcrédito surgiu espontaneamente através de ações da iniciativa privada, na América-latina a iniciativa foi governamental, seja através da ação direta dos governos, seja através de incentivos governamentais.

Existem ainda outras diferenças entre a forma como o microcrédito foi implantado no Brasil e a proposta original do Grameen Bank de Yunus. O microcrédito no Brasil, por exemplo, tem ênfase nos empreendedores em geral, e o microcrédito do Grameen Bank teria preferência por mulheres, devido à aspectos culturais locais (SANTOS e SANTOS; 2017). No Brasil, o microcrédito é orientado técnica e normativamente no contexto do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Operacional (PNMPO), normatizado através da Medida Provisória 226 de 2004, convertida em Lei nº 11.110 de 2005 (BRASIL, 2005), e financiado com recursos do Fundo do Amparo ao Trabalhador (FAT), dentre outras fontes, dando ao programa forte direcionamento do Estado (SANTOS e SANTOS, 2017; GONZÁLEZ *et al.*, 2017). A iniciativa do Grameen Bank, por outro lado, era gerida pelo próprio banco, uma instituição autossuficiente. Entretanto, ambas as iniciativas convergem tanto no foco, pois o objetivo do microcrédito não seria o consumo em si, mas o financiamento as atividades produtivas, como também na garantia oferecida, o aval solidário ou aval em grupo (SANTOS e SANTOS; 2017). González (*et al.*, 2017) sugere que há uma concentração no Governo do processo decisório quanto às políticas públicas do microcrédito, com a exceção das iniciativas do Banco do Nordeste. Segundo este autor, caso não haja um reordenamento na legislação vigente, haverá dificuldade para atuação de instituições financeiras que não sejam públicas no setor.

3 MÉTODO DE PESQUISA

Esta seção expõe os procedimentos metodológicos empregados e foi subdividida em quatro subseções: a caracterização da amostra, a tipologia da pesquisa realizada, os procedimentos de coleta de dados e a análise dos dados.

3.1 Tipologia da pesquisa

A pesquisa pode ser caracterizada como um estudo de propósito descritivo, tal qual definido por Gray (2012), por “proporcionar um quadro do fenômeno como ele ocorre naturalmente” (GRAY, 2012, p. 36), visto que a pesquisa apresenta um quadro síntese do estado da arte da pesquisa internacional sobre o microcrédito, o fenômeno em questão. Quanto à natureza dos dados, a pesquisa apresenta dados predominantemente qualitativos. Segundo Collins e Hussey (2005), os dados qualitativos são aqueles relacionados aos significados dos fenômenos, enquanto os dados quantitativos são aqueles originados na frequência de ocorrência dos fenômenos. Como a pesquisa analisou o relato dos pesquisadores na área de microcrédito com o objetivo de compreender o significado atribuído por eles à prática, os dados são predominantemente qualitativos.

Por apresentar também quantitativos, esta pesquisa se propõe a superar as dicotomias entre pesquisas qualitativas e quantitativas descritas por Dilthey, tal qual proposto por Günther (2006), visto que a realidade de fenômenos complexos é multifacetada, e a escolha entre desenhos de pesquisa exclusivamente qualitativos ou quantitativos apresentam limitações que podem ser melhor superadas quando as pesquisas de ambos os métodos são confrontadas com o objetivo de melhor compreender o fenômeno em toda a sua complexidade.

3.2 População e amostra

A população do estudo consiste em 1.121 documentos selecionados do repositório *Web of Science* utilizando a ferramenta de busca do repositório utilizando as palavras-chave (*strings* de busca) “microcredit” e “microcrédito”. Desta população, foi selecionado uma amostra de 125 artigos sobre a temática obtidos através da aplicação de sucessivos filtros e exclusão dos artigos que não tratavam da temática, conforme exposto detalhadamente na seção a seguir.

3.3 Análise dos dados

A análise dos artigos foi conduzida através de uma metodologia de revisão bibliográfica sistemática denominada “RBS *Roadmap*” por Conforto (*et al.*, 2011), uma metodologia de estudo bibliográfico iterativo. O objetivo da revisão sistemática é a identificação dos artigos potencialmente relevantes sobre uma temática a partir de critérios explícitos e reproduzíveis (STRUECKER e HOFFMANN, 2017). A principal diferença entre a revisão bibliográfica sistemática, tal qual aplicado por Fernandes (*et al.*, 2020), Struecker e Hoffmann (2017) e outros, e o modelo proposto por Conforto (*et al.*, 2011) é a iteratividade entre as etapas de pesquisa, que permitem ao pesquisador rever as etapas anteriores fazendo com que a pesquisa tome uma dimensão circular e não linear na execução de suas sucessivas fases.

A pesquisa foi dividida em cinco fases. Na primeira fase, foram definidos os o tema, objetivos e fontes primárias de dados, bem como as *strings* de busca e variáveis de análise. Na segunda fase, foi realizada a pesquisa dos artigos no repositório selecionado e aplicados os filtros de pesquisa utilizando ferramentas do próprio repositório. Na terceira fase, realizado a leitura dos resumos e exclusão dos artigos não pertinentes à temática do microcrédito. Na quarta fase, os resumos dos artigos restantes foram classificados quanto aos resultados evidenciados pelos pesquisadores à prática do microcrédito e temática central dos artigos, utilizando a análise de conteúdo de Bardin (2016) como metodologia auxiliar. Ressalta-se que, conforme previsto pelo método RBS *Roadmap* (CONFORTO *et al.*, 2011), as fases não são necessariamente sucessivas e os pesquisadores puderam realizar ajustes aos dados das fases anteriores sempre que erros de classificação fossem encontrados.

A coleta de dados foi realizada da seguinte forma: foi realizado uma pesquisa no repositório *Web of Science* pelas palavras-chave “microcrédito” e “*microcredit*”, com o objetivo de identificar os artigos científicos indexados sobre esta temática em idiomas português, inglês, francês ou espanhol. Foram encontrados 1.121 resultados, que constituem a população da pesquisa. Aplicou-se, então, os seguintes filtros de pesquisa: selecionou-se aqueles publicados nos últimos 5 anos, obtendo-se 576 resultados, e filtrou-se apenas artigos científicos, obtendo-se 518 artigos. Em seguida, foi utilizado a ferramenta *Citation Report* do próprio repositório com o objetivo de verificar-se a quantidade média de citações por artigo utilizando. Foram selecionados, então, apenas aqueles artigos que possuíam um número de citações igual ou superior à média, isto é, que foram citados três vezes ou mais na base de dados, selecionando-se 171 artigos. Foram, então, selecionados apenas os artigos escritos em idiomas de fluência dos pesquisadores, a saber, português, inglês, francês e espanhol. Nenhum artigo foi excluído nesta etapa. Os artigos tiveram, então, os seus resumos lidos para a exclusão daqueles artigos que não se referiam à temática estudada. Os 125 artigos compõem a amostra intermediária.

A tabela a seguir explana, os filtros utilizados e processo de exclusão dos artigos segundo a metodologia empregada, demonstrando como foram selecionados os artigos que compuseram a base de análise desta pesquisa. O desenvolvimento desta pesquisa, da busca utilizando *strings* no repositório *Web of Science* até a seleção da amostra intermediária, contendo 125 artigos relacionados à temática do microcrédito, conforme ilustrado na tabela 1, é similar à Revisão Sistemática de literatura tradicional, conforme utilizado por Fernandes (*et al.*, 2020), Struecker e Hoffmann (2017) e outros.

Tabela 1 - Representação a sequência de ações realizada para seleção da amostra.

Ação realizada	Quantidade de itens
Pesquisa no repositório <i>Web of Science</i> das palavras-chave “microcrédito” e “ <i>microcredit</i> ”	1.121
Seleção dos resultados referente apenas aos últimos 5 anos	576
Aplicação do filtro para retornar apenas artigos científicos	518
Criação do <i>Citation Report</i> referente aos 518 itens pré-selecionados	518
Seleção dos artigos com três citações ou mais, segundo a classificação do repositório	171
Seleção dos artigos escrito em português, inglês, francês ou espanhol	171
Leitura dos resumos e exclusão dos artigos não relacionados à temática geral do microcrédito.	125
Amostra final	125

Fonte: elaborada pelos autores (2021).

Os artigos da amostra intermediária foram, então, classificados quanto às suas temáticas principais. A classificação dos artigos foi realizada apoiando-se na metodologia auxiliar da análise de conteúdo, conforme proposto por Bardin (2016). A análise de conteúdo consiste em um conjunto de técnicas para a análise das comunicações de forma sistemática e objetiva, com vistas à descrição do conteúdo das mensagens (BARDIN, 2016; WALTER e SERAMIM, 2017).

Tabela 2 - Representação a sequência de ações realizada para seleção da amostra.

Ação realizada	Quantidade de itens
A relacionados à temática geral do microcrédito.	125
Classificação da temática dos artigos e seleção das temáticas referentes direta ou indiretamente à eficácia dos programas de microcrédito	83
Seleção dos artigos cujos resultados e/ou posicionamento dos autores foi claramente identificado	72
Amostra final	72

Fonte: elaborada pelos autores (2021).

Os 72 artigos restantes compõem a amostra final, e foram utilizados para compor os relatos de pesquisa.

Os 72 artigos que compõem a amostra final foram analisados e classificados quanto ao resultado das ações de microcrédito sob a ótica de seus autores em uma das três categorias seguintes: positivos, negativos e mistos, utilizando a análise de conteúdo de Bardin (2016). Os artigos com resultados positivos são aqueles cujos autores que descreveram resultados predominantemente positivo das ações de microcrédito. Os artigos com resultados negativos e mistos, são, respectivamente, aqueles cujos autores descreveram resultados negativos e mistos das ações de microcrédito.

Após a segregação dos artigos nessas três categorias, os artigos foram analisados com vistas a depreender, sinteticamente, os contextos em que as ações de microcrédito foram bem-sucedidas (eficazes) ou obtiveram resultados mistos. Além disso, buscou-se identificar os fatores apontados pelos autores para o insucesso das ações de microcrédito nos artigos com resultados negativos.

4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os resultados do presente trabalho foram expostos a seguir, de acordo com os objetivos da pesquisa. Para facilitar a compreensão, esta seção foi subdividida em cinco subseções, cada uma compondo um núcleo de análise, a saber: caracterização da amostra, perfil de autoria, temática pesquisada, desenhos de pesquisa e principais resultados apontados nos artigos da amostra. Sempre que possível, as tabelas de frequência das variáveis de pesquisa mostram

apenas os elementos mais frequentes, com o objetivo de enfatizar apenas os principais resultados.

4.1 Caracterização da amostra

Dentre os 125 artigos (amostra intermediária) que tratavam da temática de microcrédito, conforme a tabela 1, a maior parte dos artigos (56) versaram sobre a importância dos programas de microcrédito ou sua eficácia como metodologia de mitigação da pobreza, apoio ao empreendedorismo e/ou aumento da renda familiar. Em seguida, 23 artigos investigam o microcrédito como estratégia de empoderamento feminino, isto é, o uso do microcrédito como estratégia para o fomento do empreendedorismo feminino e mitigação de desigualdades de gênero. Consecutivamente, em terceiro lugar, foram encontrados 18 artigos que versavam sobre a análise de risco, fatores que influenciam a inadimplência e categorias de análise para a concessão do microcrédito sob o ponto de vista do risco. A tabela a seguir apresenta as principais temáticas de pesquisa dentre os artigos pesquisados.

Tabela 3 - Principais temáticas dos artigos da amostra intermediária.

Temática do artigo	Quantidade de artigos	Percentual da amostra (%)
Importância e eficácia	56	44.80%
Empoderamento feminino	23	18.40%
Análise de risco e inadimplência	18	14.40%
Análise de resultados	6	4.80%
Violência contra a mulher	4	3.20%
Total	107	85,60%

Fonte: elaborada pelos autores (2021).

Percebe-se ao somar-se a quantidade de artigos da categoria “importância e eficácia” com os da categoria “empoderamento feminino” e “violência contra a mulher” obtemos um total de 83 artigos, que representam 66,40% da amostra, que integram artigos que direta ou indiretamente investigam as consequências sociais e econômicas dos programas de microcrédito. Destes 83 artigos, em 72 artigos (amostra final) as opiniões dos autores puderam ser claramente classificadas quanto à eficácia das experiências de microcrédito e, devido a isso compõem a amostra. Esses artigos analisam a importância e eficácia do microcrédito como motor da mudança social e mitigação da miséria.

Entretanto, os artigos encontraram resultados diversos. A maior parte dos artigos apresentou resultados positivos, isto é, apontam um impacto positivo das ações de microcrédito nos contextos pesquisados. Em segundo lugar, seguem os artigos que apresentaram resultados mistos, isto é, apresentaram tanto impactos positivos quanto negativos. Uma menor proporção dos artigos apresentou resultados predominantemente negativos e sete artigos apresentaram resultados nulos, isto é, que não se verificou impacto positivo ou negativo das ações de microcrédito. A tabela a seguir apresenta a quantidade de artigos que envolvem a temática do impacto do microcrédito por resultado encontrado.

Tabela 4 - Quantidade de artigos por resultado encontrado.

Temática do artigo	Positivos	Mistos	Negativos	Nulos
Importância e eficácia	20	18	7	2
Empoderamento feminino	11	0	5	5
Violência contra a mulher	1	1	1	0
Total*	32	19	13	7

Fonte: elaborada pelos autores (2021).

* Não foram listados os artigos dos quais não foi possível classificar o resultado.

4.2 Principais resultados apontados pelos artigos da amostra

Esta sessão expõe os relatos e resultados das pesquisas dos artigos da amostra.

4.2.1 Resultados positivos apontados pelos artigos

Dentre os principais resultados positivos apontados pelos autores, destacam-se a redução da desigualdade (LACALLE-CALDERON *et al*; 2019) e redução da pobreza (MILED e REJEB; 2018, LACALLE-CALDERON *et al*; 2018, AGBOLA *et al*; 2017), no aumento da capacidade de poupança das famílias (NASRIN *et al*; 2017), no aumento de sua renda e capacidade de consumo (MAHMUD *et al*, 2017, ROKHIM *et al*; 2016), e ainda contribuindo no aumento do PIB do país onde programas de microcrédito são implementados (RAIHAN *et al*; 2017). Segundo Akotey e Adjasi (2016) os efeitos positivos dos programas de microcrédito são ampliados quando implantados em conjunto com microsseguros.

Apesar de não ser um serviço de fomento específico do turismo, alguns pesquisadores apontam resultados positivos destas estratégias de desenvolvimento local apoiando microempresas e empreendedores do setor turístico (NGOASONG e KIMBU, 2016; SCHMITZ e TSOBGOU, 2015).

Quando se trata de eventos inesperados, as ações de microcrédito proveem as famílias com o aumento da resiliência, aumentando suas capacidades de recuperação econômica após desastres naturais, especialmente quando o microcrédito é aliado a estratégias de microsseguros (ULLAH e KHAN; 2017), ou ainda ajudando as famílias a lidarem com emergências médicas, quando há um adoecimento súbito e grave de um membro da família (THANH, 2017). Fenton (*et al*; 2017) reforça o aumento da resiliência das comunidades a desastre naturais, mas aponta que há a necessidade de outras ações que reduzam essas populações a riscos ambientais, visto que os valores das operações de microcrédito podem não ser suficientes para mitigar totalmente os danos provocados por desastres ambientais.

Quando estudado no contexto da produção agropecuária, o microcrédito possui efeitos positivos no aumento da renda das produções agrícolas pela maior capacidade de realizar investimentos em geral (KHANDKER e KOOLWAL; 2016) ou aquisição de tecnologia agropecuária (MARIYONO, 2019). A disponibilidade de microcrédito também aumenta o poder de arbitragem do produtor, isto é, ajudam o agricultor a comprar os insumos quando estiverem com o menor preço e venderem seus produtos com o maior preço, aumentando a sua renda (BURKE *et al*; 2019), deixando-o menos susceptível às variações de preço típicas da sazonalidade dos produtos agropecuários.

O artigo de Quidt (*et al*; 2018) estudou os efeitos da concentração do mercado, comparando os efeitos do microcrédito para o bem-estar social quando concedido por organizações sem fins lucrativos, por uma instituição comercial monopolista ou no contexto de competição entre várias instituições comerciais, encontrando que o microcrédito tende a possuir resultados de bem-estar social similares quando efetuado por organizações sem fins lucrativos ou no contexto competitivo, sugerindo que a concorrência entre as diferentes instituições de microcrédito é benéfica à sociedade, mesmo que realizado com o objetivo do lucro.

O microcrédito também tem sido proposto como alternativa viável a outros programas sociais, como alternativa ao subsídio para instalação de micro-usinas de biogás na zona rural de Siri Lanka, para produção de uma fonte de energia alternativa ecologicamente sustentável (HES *et al*; 2017), ou facilitando a instalação de latrinas sanitárias na zona rural do Camboja (YISHAY *et al*; 2017).

Um aspecto importante do microcrédito, apontado por Nathan Fiala (2018) em seu estudo na Uganda, é que, diferentemente dos programas de transferência de renda, onde o dinheiro não precisa ser devolvido, o microcrédito pode estimular o emprego produtivo do valor recebido, devido à necessidade de restituição do valor do empréstimo.

4.2.2 Resultados mistos apontados pelos artigos

A amostra também contemplou pesquisas que apresentaram resultados mistos quanto ao microcrédito. Alguns os pesquisadores (HOSSAIN *et al*, 2018; BHUIYAN, IVLEVES, 2019) adotaram uma postura cautelosa e apontam eventuais condicionantes para uma implementação bem-sucedida de um programa de microcrédito. O estudo de Jonathan Kimmitt (*et al*; 2016), por exemplo, que analisa o nível de desenvolvimento institucional dos países da África Subsaariana, aponta que o sucesso do microcrédito no apoio ao empreendedorismo só é possível quando as instituições econômicas e políticas e condições de infraestrutura do país (telecomunicação, eletricidade, transporte, e outros) são suficientemente organizadas, pois, caso contrário, as dificuldades geradas pela falta de infraestrutura e insegurança jurídica podem comprometer o resultado dos programas de microcrédito.

A pesquisa de Mia (*et al*; 2019) investigou os estágios históricos do microcrédito em Bangladesh, utilizando o modelo *life cycle theory*, utilizado para classificar as etapas do ciclo de vida de um modelo de negócio. As etapas do modelo são: nascimento, crescimento, maturidade, saturação e declínio. Para a autora (MIA *et al*; 2019), embora o microcrédito tenha sido uma ferramenta importante para aplacar a pobreza extrema do país, atingindo seu apogeu na década de 1990, o microcrédito encontra-se atualmente na fase de declínio, não por ter solucionado o problema da pobreza, mas devido a uma saturação do mercado local. Isso levou, segundo a autora, as instituições de microfinanças e estimular o hiperendividamento, concedendo múltiplos empréstimos aos mesmos mutuários e, em última análise, desvirtuando os objetivos sociais do programa. Se, por um lado, a criação de uma agência reguladora em Bangladesh, a *Microcredit Regulatory Authority* (MRA), em 2006 ajudou a coibir práticas de mercado inapropriadas, os autores (MIA *et al*; 2019) apontam que pode ser necessário mudanças no programa de microcrédito, sob as diretrizes dos órgãos regulatórios, para que a população que até então não teve acesso ao microcrédito possa tê-lo e, assim, propiciar uma expansão do programa.

Similarmente, Afonso (*et al*; 2017) também aponta que o uso comercial do microcrédito na República Dominicana levou ao hiperendividamento em algumas regiões onde houve saturação do mercado, reduzindo o bem-estar da população. Afonso (*et al*; 2017) aponta ainda que, no caso da República Dominicana, a autorregulação do mercado não surtiu o efeito desejado, visto que cada instituição de microcrédito implementou suas próprias políticas e mecanismos de controle sem uma padronização ou mecanismos de fiscalização centralizado. Fenton (*et al*; 2017), em seu estudo no Bangladesh apontou que quase um quinto dos empréstimos de microcrédito realizados foram feitos para pagar empréstimos anteriores, reforçando o risco do hiperendividamento.

Outra dificuldade na concessão do microcrédito está em garantir que as pessoas mais necessitadas efetivamente terão acesso ao programa, visto que as instituições de microcrédito são mais propensas a conceder empréstimos a pessoas e empresas com maior capacidade de pagamento, dentre os pobres. Com isso, pessoas com pobreza extrema podem ter mais dificuldade de acesso quando comparadas a pessoas em condições econômicas ligeiramente mais favoráveis. No estudo de Adam e Lestari (2017), na Indonésia, por exemplo, embora o programa de microcrédito local *Kredit Usaha Rakyat* (KUR) tenha obtido resultados gerais positivos, ao apoiar pequenas e médias empresas e empreendedores, proporcionando aumento do lucro, quantidade de empregos diretos gerados e aumento dos bens, não apresentou os resultados positivos em todas as regiões e setores econômicos. Os autores (ADAM e LESTARI; 2017) também apontam que apenas uma minoria dos que tiveram acesso ao programa KUR eram definitivamente pobres, devido a vieses do próprio programa, visto que as instituições eram estimuladas a privilegiar operações com menor risco de crédito, e a focar suas ações em regiões mais desenvolvidas comercialmente como o oeste do país, na região de Java, preterindo o acesso a regiões rurais.

A dificuldade de acesso da população em extrema pobreza ao microcrédito, quando comparada à população pobre com condição econômica ligeiramente superior, pode ser explicado, ao menos em parte, devido ao desenho das políticas e programas de microcrédito em cada país. O estudo de Churchill e Marr (2017) realizou uma comparação entre os programas de microcrédito na América-latina e Caribe e os programas do sul da Ásia. Para os autores, enquanto na América-latina e Caribe houve uma preocupação maior com a sustentabilidade econômica dos programas, com a manutenção da rentabilidade sob riscos de crédito a níveis aceitáveis, no sul asiático a maior preocupação foi com os aspectos sociais do programa, na mitigação da miséria e aumento da renda. Devido a isso, os programas sul asiáticos teriam propiciado maior facilidade de acesso ao crédito aos extremamente pobres. Em compensação, a sustentabilidade financeira da operação somente é alcançada com o aumento no volume de recursos empreendidos, visto que a lucratividade, e, conseqüentemente, a sustentabilidade da operação somente é alcançada com o aumento do desembolso. Por outro lado, apesar de propiciar uma maior dificuldade de acesso aos mais pobres, os programas da América-latina e Caribe seriam mais resilientes a crises econômicas, devido à maior margem de lucro em suas operações. Os autores (CHURCHILL e MARR; 2017) propõem que ambos os modelos, em polos extremos, apresentam vantagens e desvantagens, apontando que o equilíbrio entre os dois pode gerar resultados mais equilibrados.

Molnár (2017) também reforça a importância de se repensar o modelo de implantação do microcrédito. Em sua pesquisa, que foca no acesso ao microcrédito pelos romenos, minoria étnica frequentemente exposta à vulnerabilidade social, na Hungria, o aumento na dificuldade de acesso ao crédito pelos extremamente pobres pode ser provocado pelos desvios na missão do programa. Para o autor (MOLNÁR, 2017), o sucesso do microcrédito no estímulo ao empreendedorismo depende da complementação do crédito com o desenvolvimento de novos conhecimentos e habilidades, como conhecimentos básicos em finanças, contabilidade e gestão. Conseqüentemente, quando o desenvolvimento dessas capacidades é insuficiente, a missão do programa tende a se desvirtuar e preterir os candidatos em extrema pobreza em favor daqueles em situação ligeiramente menos vulnerável.

Quando analisado sob a ótica da proteção alimentar, no combate à extrema pobreza, o estudo de Islam (*et al*; 2016) mostrou que, em Bangladesh, o microcrédito aumentou o consumo calórico das famílias, apesar de não ter propiciado diversificação do cardápio alimentar e ter produzido resultados contraditórios nas medidas antropométricas dos participantes. O estudo apontou ainda que os resultados do microcrédito podem não ser lineares ao longo do tempo, isto é, o programa inicialmente pode apresentar resultados nulos ou negativos antes de apresentar resultados positivos. Segundo os autores (ISLAM *et al*; 2016), é preciso tomar cuidado ao analisar estudos durante um curto período de tempo, visto que pode ser necessário um longo prazo para que os resultados positivos do microcrédito venham a se apresentar.

Similarmente, Phan (*et al*, 2019) estudou o consumo alimentar na zona rural do Vietnã, e apontou que o microcrédito aumentou a capacidade de consumo alimentar das famílias tanto no curto prazo quanto no longo prazo, mas a dificuldade em arcar com o pagamento das parcelas do microcrédito mitigou em parte os resultados positivos do microcrédito, apontando a importância do peso econômico da obrigação financeira. Em outro estudo, realizado em Gana, Victor Atiase (*et al*; 2019) propõe que, apesar do microcrédito a micro e pequenas empresas ter gerado novos empregos, o custo das parcelas limitou o crescimento das empresas.

Para Maitra (*et al*; 2017) a metodologia de análise das garantias é relevante para o resultado do programa de microcrédito. Segundo este estudo (MAITRA *et al*; 2017), na Índia rural, empréstimos concedidos utilizando a tradicional fiança em grupo, os tomadores não obtiveram resultados positivos, enquanto os tomadores de microcrédito com fiança individual e monitorados pelo agente de crédito perceberam um aumento de 27% na sua produção agrícola

e de 22% nas suas rendas. Isso ocorreria, segundo os autores, porque na metodologia da fiança em grupo não seria possível selecionar e excluir do programa os tomadores improdutivos, isto é, privilegiar o acesso ao crédito àqueles que irão de fato investir o microcrédito no aumento da capacidade produtiva.

4.2.3 Resultados negativos e principais críticas ao microcrédito

Para alguns autores, o microcrédito pode não produzir os efeitos positivos desejados. Chen (*et al.*; 2017) realizou uma pesquisa bibliográfica e apontou que as pesquisas sobre o impacto das microfinanças nos tomadores de microcrédito apontam resultados contraditórios na literatura. Similarmente, Newman (*et al.*; 2017) aponta estudos em que os recursos investidos pelas instituições de microcrédito podem não produzir sempre um aumento na capacidade de consumo, escolaridade, saúde e capacidade de empreender nos tomadores do microcrédito. Para Atmadja e Sharma (2016), existe uma relação negativa entre o capital tomado no microcrédito e o desempenho econômico de microempresas na Indonésia. Para esses autores, o nível de escolaridade e a participação do cônjuge no empreendimento são mais importantes para o sucesso do empreendimento que o microcrédito em si. Da mesma forma, os achados de Seng (2018), em um estudo no Camboja, apontam para uma redução da capacidade de consumo das famílias, e aponta as taxas de juros abusivas e o uso não produtivo do crédito como possíveis causas. Outras dificuldades apontadas por Ali (*et al.*, 2017) para o insucesso do microcrédito na zona rural de Bangladesh são, além citadas por Seng (2018): a corrupção e o despreparo dos agentes de microcrédito, o cronograma de pagamento das parcelas inadequado (semanal) e abusos físicos e morais a mulheres pobres.

Alguns autores apontam que o microcrédito deve ser analisado em sua perspectiva sociopolítica, isto é, como uma ferramenta de combate à desigualdade e a pobreza que, contraditoriamente, reflete características das desigualdades políticas e sociais da sociedade onde foram implantadas. Nicholas Loubere (2018), por exemplo, examinou a experiência chinesa e propôs que o microcrédito, implantado como forma de desenvolver comunidades rurais, reproduz o padrão de subserviência do campo aos grandes centros ao inserir estas comunidades na lógica do Capital, isto é, integra as comunidades rurais a relações econômico-financeiras desiguais, reforçando a subserviência das regiões periféricas aos grandes centros do Capital. O desenvolvimento econômico é descrito como uma “modernização humana” (rende xiandaihua 人的现代化) a serviço de uma ideológica missão patriótica, que percebe o estilo de vida rural como sendo “atrasado”, que precisa ser suplantado por estilos de vida “modernos”.

O autor (LOUBERE, 2018) nos apresenta um relato extremo: um secretário do comitê do vilarejo tentou desapropriar o terreno pertencente vizinhos em condição de extrema pobreza com o objetivo de ampliar sua própria casa. Isso gerou um conflito que culminou com um embate corporal, e como consequência o patriarca de uma das residências foi preso por dois anos e condenado a pagar uma indenização de ¥ 80.000 Yuan ao secretário pela sua participação no conflito, além de perder suas terras. Sem ter como pagar a indenização, a família viu-se coagida a contratar um microcrédito. Sem suas terras para garantir a renda familiar, a operação ficou inadimplida. Como o histórico de inadimplência impossibilita a contratação de novos empréstimos de microcrédito, todo o núcleo familiar teve sua condição social agravada. Segundo o autor (LOUBERE, 2018), isso não se deve ao microcrédito *per se*, mas à reprodução das estruturas políticas preexistentes no contexto do microcrédito.

Analogamente ao que ocorreu no relato de Loubere (2018), o estudo de Kasia Paprocki (2016) e Ali (*et al.*, 2017), ambos ambientados em comunidades rurais de Bangladesh, apresentam que o microcrédito pode incorporar relações desiguais de poder com o objetivo de oprimir ainda mais minorias e pessoas em vulnerabilidade. O estudo de Paprocki (2016) aponta que o confisco de propriedades, embora não previsto contratualmente e nem proposto no programa de microcrédito, terminou por tornar-se uma realidade em Bangladesh. Como os

oficiais de microcrédito utilizam de abusos morais, físicos e até sexuais para pressionar as tomadoras de crédito inadimplentes, predominantemente mulheres, elas terminam por vender os poucos bens que possuem (mesmo bens de valor desprezível, como panelas e cabaças) na tentativa de mitigar suas dívidas e conter as ações do agente de microcrédito (PAPROCKI, 2016). Os relatos de abuso econômico também são apresentados por Ali (*et al.*, 2017).

As relações desiguais não ocorrem apenas no relacionamento com os agentes de microcrédito e suas instituições. Segundo Paprocki (2016) e Ali (*et al.*, 2017), o próprio machismo da sociedade pode estimular que as mulheres contratem empréstimos por mando de seus maridos ou acentue relacionamentos abusivos no contexto do microcrédito, sendo frequentemente alvo de violência doméstica. Ali (*et al.*, 2017) aponta que o microcrédito terminou por reproduzir relações de machismo e abuso físico e moral das mulheres pobres, comuns na zona rural de Bangladesh, que, em última análise comprometem os resultados do programa. As mulheres são, muitas vezes, obrigadas a contratar os empréstimos por pressão de seus maridos, a pagá-los sem a ajuda deles e ainda sofrem por abusos dos agentes de microcrédito.

De forma similar, Chowdhury e Willmott (2018) propõem, em entrevista com o professor Anu Muhammad, que o microcrédito termina por inserir comunidades e populações economicamente vulneráveis na lógica do capitalismo neoliberal, acentuando desigualdades e gerando dependência econômica pelo hiperendividamento, a qual chamam de *debt traps* (do inglês, armadilha de dívidas). Apesar do discurso humanitário das organizações sem fins-lucrativos de Bangladesh, que operam o microcrédito no país, os autores (CHOWDHURY e WILLMOTT; 2018) argumentam que as políticas de microcrédito servem para legitimar o discurso dominante neoliberal, que coloca a responsabilidade pela solução do problema da pobreza na própria população carente, cuja superação deve ser feita através do empreendedorismo. Ao mesmo tempo, as instituições estatais são enfraquecidas através de uma política de privatizações, e a corrupção floresce impunemente.

A experiência da África do Sul, apresentada por Milford Bateman (2019) corrobora com a crítica à faceta neoliberal do microcrédito. Segundo este autor (BATEMAN, 2019), os programas de microcrédito neste país foram realizados com recursos da comunidade internacional e, se inicialmente se apresentavam como uma ferramenta de autoajuda no combate à miséria e ao desemprego, terminou por gerar uma crise econômica comparável à crise dos *sub-prime* nos Estados Unidos: o impulso por conceder a maior quantidade de microcrédito possível propiciou o hiperendividamento que, em última análise, terminou por submeter a população negra ainda mais à dominação econômica da minoria branca sul-africana. A crise, aliada a uma gestão corrupta e displicente quanto à gestão do risco de inadimplência, terminou por comprometer a solvência do *African Bank*, o maior banco de microcrédito do país. O Governo da África do Sul terminou por investir 1,6 bilhões de dólares de recursos públicos para impedir a falência da instituição.

Em um dos eventos relevantes desta crise, argumenta Bateman (2019), 34 mineradores de Marikana entraram em greve e foram mortos a tiro pela polícia local. Como os trabalhadores das minas viviam longe de suas famílias, baixa escolaridade e possuíam baixa renda, apesar de certa estabilidade de emprego, as instituições de microcrédito passaram a vê-los como clientes ideais. Ao mesmo tempo, a penhora do salário (do inglês *garnishee order*) passou a ser utilizado por estas instituições como forma de garantir à força, com respaldo judicial, a adimplência das operações, com as parcelas sendo deduzidas diretamente de seus salários. A perda da renda pelo hiperendividamento foi, na visão do autor, o estopim da greve que gerou o confronto violento com a polícia. Em última análise, Bateman (2019) argumenta que a experiência do microcrédito na África do Sul se deu no contexto do *apartheid* e terminou por reforçar a desigualdade econômica e aumentou a instabilidade social: protegeu o patrimônio dos investidos brancos com a intervenção do Governo para “salvar” o *African Bank* e impedir sua falência, em

detrimento dos recursos estatais escassos colhidos com impostos de toda a população, de maioria negra e pobre.

Em um estudo etnográfico realizado na zona rural do Camboja, Green e Estes (2019) apontam que as políticas de microcrédito terminam por redesenhar as relações sociais previamente existentes, ao inserir comunidades rurais no contexto do capitalismo neoliberal. No estudo em questão (GREEN e ESTES; 2019), as relações de cuidado mudaram, de forma que as crianças, que antes eram cuidadas pelos pais, passaram a ser cuidadas pelos avós, enquanto os pais migraram para os grandes centros urbanos em busca de empregos (com remuneração em dinheiro) para ajudar os avós a pagar as parcelas do microcrédito. Os próprios agentes de microcrédito parecem conhecer esta dinâmica, visto que em suas entrevistas preliminares à concessão do crédito, questionam o candidato por possíveis filhos que morem na cidade e possam ajudá-los financeiramente. O processo termina por gerar novas formas de subjetivação, um “sujeito financeiro”, inserindo-os na dinâmica de subjetivação capitalista.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo analisou os artigos científicos do repositório *Web of Science* mais citados dos últimos cinco anos na temática do microcrédito e quais foram as temáticas mais pesquisadas. Dentre os artigos analisados, a maior parte tratou da importância ou eficácia do microcrédito na melhoria das condições de vida da população economicamente vulnerável (44,80%), sendo seguido por artigos sobre o empoderamento feminino (18,40%). Este estudo também apresentou os resultados das ações de microcrédito, evidenciando os relatos de ações bem-sucedidas (45,83% da amostra), com resultados mistos (26,38%), bem como ações onde o resultado das ações teve resultado deletério para as comunidades (18%). O fato da maior parte dos artigos apresentar relatos de ações bem-sucedidas corrobora com a importância dada às ações de microcrédito pelas Nações Unidas (UN, 2000; 2004; 2015) e pela literatura científica em geral (GÜNGEN, 2018; SANTOS e CARRION, 2009; BARONE *et al.*, 2002).

Apesar destes resultados positivos serem maioria, não se pode negligenciar as críticas apontadas pelos demais artigos que podem apresentar dificuldades ou resultados indesejáveis à implementação de programas de microcrédito. Destacam-se críticas quanto ao risco de se negligenciar aspectos da cultura local ao implantar o microcrédito, o que pode alterar as relações de dependência interfamiliares, possibilidade de corrupção, abuso físico, moral e sexual dos agentes de microcrédito, e ainda que o microcrédito pode servir para agravar contextos de violência doméstica e abusos de poder. Foi destacado ainda o risco do hiperendividamento, onde juros abusivos e a lógica de mercado podem conduzir pessoas pobres a comprometer grande parte de sua renda ou bens com dívidas, e ainda que o microcrédito pode servir como uma ferramenta para justificar uma ideologia neoliberal que perverte culturas tradicionais em prol da lógica do mercado.

Apesar dos achados apontados, é preciso salientar que as dificuldades e problemas encontrados não podem ser generalizados, porque foram apontados por uma pequena quantidade de artigos, e a amostra estava restrita a um único repositório de dados (*Web of Science*) e a um período de 5 anos.

Como sugestão de pesquisas futuras, sugere-se a ampliação da pesquisa para abranger maiores períodos de tempo e outras bases de dados. Outra possibilidade de desenvolvimento é a investigação das experiências de microcrédito relatadas nos artigos com o objetivo de identificar as diferentes propostas regionais na implantação do programa, a fim de apontar se as dificuldades apontadas nesta pesquisa são encontradas em todas as regiões ou se concentram em determinadas regiões do mundo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAM, Latif; LESTARI, Esta. Indonesia's Guaranteed Microfinance Programme (KUR): Lessons from the First Stage of Implementation. **Journal of Southeast Asian Economies**, v. 34, n. 2, p. 322-344, 2017.

AFONSO, Joana Silva; MORVANT-ROUX, Solène; GUÉRIN, Isabelle; FORCELLA, Davide. Doing good by doing well? Microfinance, self-regulation and borrowers' over-indebtedness in the Dominican Republic. **Journal of International Development**, v. 29, p. 919-935, 2017.

AGBOLA, Frank W.; ACUPAN, Angelito; MAHMOOD, Amir. Does microfinance reduce poverty? New evidence from Northeastern Mindanao, the Philippines. **Journal of Rural Studies**, v. 50, p. 159-171, 2017.

AKOTEY, Joseph Oscar; ADJASI, Charles K.D. Does Microcredit Increase Household Welfare in the Absence of Microinsurance? **World Development**, v. 77, p. 380–394, 2016.

ALI, Isahaque; HATTA, Zulkarnain A.; AZMAN, Azlinda; ISLAM, Shariful. Microfinance as a Development and Poverty Alleviation Tool in Rural Bangladesh: A Critical Assessment. **Asian Social Work and Policy Review**, v. 11, p. 4–15, 2017.

ALVES, César Moreira; CAMARGOS, Marcos Antônio. Fatores condicionantes da inadimplência em operações de microcrédito. **BASE – Revista de administração e contabilidade da Unisinos**, São Leopoldo, v. 11, n. 1, p. 59-74, 2014.

ANJOS, Patrícia Daniela Souza; FRAGA, Marinette Santana; TEODÓSIO, Armindo dos Santos de Sousa. Microcrédito e trabalho nas ruas: desafios no contexto brasileiro. **E&G Economia e Gestão**, Belo Horizonte, v. 20, n. 55, Jan./Abr. 2020.

ARMENDÁRIZ, Beatriz; MORDUCH, Jonathan. **The Economics of Microfinance**. 2 ed. Massachusetts, EUA: The MIT Press, 2010.

ATIASE, Victor Yawo; WANG, Yong; MAHMOOD, Samia. FNGOs and financial inclusion: investigating the impact of microcredit on employment growth in Ghana. **The International Journal of Entrepreneurship and Innovation**, v. 20, n. 2, p. 90–106, 2019.

ATMADJA, Adwin Surja; SU, Jen-Je; SHARMA, Parmendra. Examining the impact of microfinance on microenterprise performance (implications for women-owned microenterprises in Indonesia). **International Journal of Social Economics**, v. 43, n. 10, p. 962-981, 2016.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BARONE, Francisco Marcelo; LIMA, Paulo Fernando; DANTAS, Valdi; REZENDE, Valéria. Introdução ao Microcrédito. **Conselho da Comunidade Solidária**, Brasília, p. 65, 2002. Acessível em <<https://www.bcb.gov.br/htms/public/microcredito/microcredito.pdf>>. Último acesso em 07 mar 2021.

BATEMAN, Milford. South Africa's post-apartheid microcredit experiment: moving from state-enforced to market-enforced exploitation. **Forum for Social Economics**, v. 48, n. 1, p. 69–97, 2019.

BHUIYAN, Muhammad Faress; IVLEVS, Artjoms. Micro-entrepreneurship and subjective well-being: Evidence from rural Bangladesh. **Journal of Business Venturing**, v. 34, p. 625–645, 2019.

BRASIL. Lei 11.110, de 25 de abril de 2005. Portal da Legislação, acessível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11110.htm> . Último acesso em 07 mar 2021.

BRASIL. Lei 13.636, de 20 de março de 2018. Portal da Legislação, acessível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13636.htm>. Último acesso em 07 mar 2021.

BURKE, Marshall; BERGQUIST, Lauren Falcao; MIGUEL, Edward. Sell low and buy high: arbitrage and local price effects in Kenyan markets. **The Quarterly Journal of Economics**, v. 134, n. 2, p. 785–842, 2019.

COLLINS, Jill; HUSSEY, Roger. **Pesquisa em administração: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

CHEN, Juanyi; CHANG, Amber Y; BRUTON Garry D. Microfinance: Where are we today and where should the research go in the future? **International Small Business Journal: Researching Entrepreneurship**, v. 35, n. 7, p. 793–802, 2017.

CHOWDHURY, Rashedur; WILLMOTT, Hugh. Microcredit, the corporatization of nongovernmental organizations, and academic activism: the example of professor Anu Muhammad. **Organization**, v. 26, n. 1, p. 122–140, 2019.

CHURCHILL, Sefa Awaworyi; MARR, Ana. Sustainability and outreach: a comparative study of MFIs in South Asia and Latin America and the Caribbean. **Bulletin of Economic Research**, v. 69, n. 4, p. E19-E41, 2017.

CONFORTO, Edivandro Carlos; AMARAL, Daniel Capaldo; DA SILVA, Sérgio Luis. **Roteiro para revisão bibliográfica sistemática: aplicação no desenvolvimento de produtos e gerenciamento de projetos**. In: Congresso Brasileiro de Gestão de Desenvolvimento de Produtos, 8, 2011, Porto Alegre.

FIALA, Nathan. Returns to microcredit, cash grants and training for male and female microentrepreneurs in Uganda. **World Development**, v. 105, p. 189–200, 2018.

FENTON, Adrian; PAAVOLA, Jouni; TALLONTIRE, Anne. The Role of Microfinance in Household Livelihood Adaptation in Satkhira District, Southwest Bangladesh. **World Development**, v. 92, p. 192–202, 2017.

FERNANDES, Alice Munz; SOUZA, Ângela Rozane de; BELARMINO, Luiz Clóvis. Ecoinovação no agronegócio: revisão sistemática de literatura. **Desenvolvimento em questão**. Ijuí, v. 18, n. 50, 2020.

GONZALEZ, Lauro; PORTO, Lya; DINIZ, Eduardo Henrique. Microcrédito produtivo no brasil: histórico recente e condicionantes de desenvolvimento. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**. São Paulo, v. 22, n. 72, 2017.

GOODMAN, Rachael. Borrowing Money, Exchanging Relationships: Making Microfinance Fit into Local Lives in Kumaon, India. **World Development**, v. 93, p. 362–373, 2017.

GREEN, W. Nathan; ESTES, Jennifer. Precarious debt: microfinance subjects and intergenerational dependency in Cambodia. **Antipode**, v. 51, n. 1, p. 129–147, 2019.

GRAY, D. E. **Pesquisa no mundo real**. 2. ed. Porto Alegre: Penso, 2012.

GÜNGEN, Ali Rıza. Financial Inclusion and Policy-Making: Strategy, Campaigns and Microcredit a *la Turca*. **NEW POLITICAL ECONOMY**, v. 23, n. 3, p. 331–347, 2018.

HES, Tomáš; MINTAH, Samuel; SULAIMAN, Haiyan; ARIFEEN, Tuan; DRBOHLAV, Petr; SALMAN, Ali. Potential of microcredit as a source of finance for development of Sri Lankan biogas industry. **Energy & Environment**, v. 28, n. 5–6, p. 608–620, 2017.

HOSSAIN, Marup; MALEK, Mohammad Abdul; HOSSAIN, Md. Amzad; REZA, Md. Hasib; AHMED, Md. Shakil. Agricultural Microcredit for Tenant Farmers: Evidence from a Field Experiment in Bangladesh. **American Journal of Agricultural Economics**, v. 101, n. 3, p. 692–709, 2019.

HUDON, Marek; MEYER, Camille. A Case Study of Microfinance and Community Development Banks in Brazil: Private or Common Goods? **Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly**. Estados Unidos, v. 45, n. 4, 2016.

ISLAM, Asadul; MAITRA, Chandana; PAKRASHI, Debayan; SMYTH, Russell. Microcredit Programme Participation and Household Food Security in Rural Bangladesh. **Journal of Agricultural Economics**, v. 67, n. 2, p. 448–470, 2016.

KHAN, Wajid; SHAORONG, Sun; ULLAH, Ikram. Doing business with the poor: the rules and impact of the microfinance institutions. **Economic Research-Ekonomika Istraživanja**. V. 30, n. 1, p. 951–963, 2017.

KHANDKER, Shahidur R.; KOOLWAL, Gayatri B. How has microcredit supported agriculture? Evidence using panel data from Bangladesh. **Agricultural Economics**, v. 47, p. 157–168, 2016.

KIMMITT, Jonathan; SCARLATA, Mariarosa; DIMOV, Dimo. An empirical investigation of the interplay between microcredit, institutional context, and entrepreneurial capabilities. **Venture Capital**, v. 18, n. 3, p. 257–276, 2016.

LACALLE-CALDERON, Maricruz; LARRÚ, José Maria; GARRIDO, Silvia Rico; PEREZ-TRUJILLO, Manuel. Microfinance and income inequality: New macrolevel evidence. **Review of Development Economics**, v. 23, p. 860–876, 2019.

LACALLE-CALDERON, Maricruz; PEREZ-TRUJILLO, Manuel; NEIRA, Isabel. Does microfinance reduce poverty among the poorest? A macro quantile regression approach. **The Developing Economies**, v. 56, n. 1, p. 51–65, 2018.

LOUBERE, Nicholas. Indebted to development: microcredit as (de)marginalisation in rural China. **The Journal of Peasant Studies**, v. 45, n. 3, p. 585-609, 2018.

MAGDALON, Wandéia da Penha; FUNCHAL, Bruno. O efeito do microcrédito produtivo orientado no Brasil: incentivo a inadimplência? **BASE – Revista de administração e contabilidade da Unisinos**, São Leopoldo, v. 13, n. 4, p. 294-308, 2016.

MAHMUD, Kazi Tanvir; PARVEZ, Asif; ALOM, Khairul; WAHID, Ishraat Saira; HASAN, Mohammed Kamrul. Does Microcredit Really Bring Hope to the Female Borrowers in Bangladesh? Evidence from the Agribusiness Program of BRAC. **Journal of Poverty**, v. 21, n. 5, p. 434–453, 2017.

MAITRA, Pushkar; MITRA, Sandip; MOOKHERJEE, Dilip; MOTTA, Alberto; VISARIA, Sujata. Financing Smallholder Agriculture: An Experiment with Agent-Intermediated Microloans in India. **Journal of Development Economics**, v. 127, p. 306–337, 2017.

MARIYONO, Joko. Microcredit and technology adoption: Sustained pathways to improve farmers' prosperity in Indonesia. **Agricultural Finance Review**, v. 79, n. 1, p. 85-106, 2019.

MIA, Md Aslam; LEE, Hwok-Aun; CHANDRAN, VGR; RASIAH, Rajah; RAHMAN, Mahfuzur. History of microfinance in Bangladesh: A life cycle theory approach. **Business History**, v. 61, n. 4, p. 703-733, 2019.

MILED, Kamel Bel hadj; REJEB, Jalel-Eddine Ben. Can Microfinance Help to Reduce Poverty? A Review of Evidence for Developing Countries. **Journal of the Knowledge Economy**, v. 9, p. 613–635, 2018.

MOLNÁR, György. Capability building combined with microcredit: the loan alone is insufficient. **Journal of Social Entrepreneurship**, v. 8, n. 3, p. 354–374, 2017.

NASRIN, Shamima; BASKARAN, Angathevar; RASIAH, Rajah. Microfinance and savings among the poor: evidence from Bangladesh microfinance sector. **Quality & Quantity**, v. 51, p. 1435–1448, 2017.

NEWMAN, Alexander; SCHWARZ, Susan; AHLSTROM, David. Microfinance and entrepreneurship: An introduction. **International Small Business Journal: Researching Entrepreneurship**, v. 35, n. 7, p. 787–792, 2017.

NGOASONG, Michael Z.; KIMBU, Albert N. Informal microfinance institutions and development-led tourism entrepreneurship. **Tourism Management**, v. 52, 2016.

PAPROCKI, Kasia. 'Selling Our Own Skin:' Social dispossession through microcredit in rural Bangladesh. **Geoforum**, v. 74, p. 29–38, 2016.

PHAN, Chung Thanh; SUN, Sizhong; ZHOU, Zhang-Yue; BEG, Rabiul. Does microcredit increase household food consumption? A study of rural Vietnam. **Journal of Asian Economics**, v. 62, p. 39-51, 2019.

QUIDT, Jonathan de; FETZER, Thiemo; GHATAK, Maitreesh. Market structure and borrower welfare in microfinance. **The Economic Journal**, v. 128, n. 610, p. 1019–1046, 2018.

RAIHAN, Selim; OSMANI, S.R.; KHALILY, M.A. Baqui. The macro impact of microfinance in Bangladesh: A CGE analysis. **Economic Modelling**, v. 62, p. 1–15, 2017.

RIBEIRO, Kleber Avila; NASCIMENTO, Deise Cristiane do; RODRIGUES, Anne Karinne Gomes de Barros; REIS, Mona Mirelle Castro. Microcrédito como elemento de transformação social: um estudo sobre as contribuições do Crediamigo no município de Juazeiro, BA. **Revista Sociais & Humanas**, Santa Maria, v 27, n. 01, p. 117-130, 2014.

ROKHIM, Rofikoh; SIKATAN, George Adam Sukoco; LUBIS, Arief Wibisono; SETYAWAN, Mohammad Irwan. Does microcredit improve wellbeing? Evidence from Indonesia. **Humanomics**, v. 32, n. 3, p. 258-274, 2016.

SANTOS, Claire Gomes dos; CARRION, Rosinha da Silva Machado. Microcrédito e pobreza: um diálogo possível? **RAC**, Curitiba, v. 13, Edição Especial, art. 4, p. 53-67, 2009.

SANTOS, Augusto Felipe Caramico dos; SANTOS, Thais de Lana. O microcrédito como ferramenta de desenvolvimento socioeconômico. **Pensamento e Realidade**, São Paulo, v. 32, n. 1, 2017.

SERAMIM, Ronaldo Jose; WALTER, Silvana Anita. O que Bardin diz que os autores não mostram? estudo das produções científicas brasileiras do período de 1997 a 2015. **Administração: ensino e pesquisa rio de janeiro**, v. 18, n 2, p. 241–269, 2017.

SCHMITZ, Serge; TSOBGOU, Dieudonné Lekane. Developing tourism products and new partnerships through participatory action research in rural Cameroon. **Geographical Research**, v. 54, n. 2, p.143–152, 2016.

SENG, Kimty. Rethinking the Effects of Microcredit on Household Welfare in Cambodia. **The Journal of Development Studies**. V. 54, n. 9, p. 1496–1512, 2018.

STRUECKER, Denise Regina; HOFFMANN, Micheline Gaia. Participação social nos serviços públicos: caracterização do estado da arte por meio da bibliometria e da revisão sistemática. **REGE - Revista de Gestão**, v. 24, p. 371–380, 2017.

THANH, Pham Tien; DUONG, Pham Bao. Health shocks and the mitigating role of microcredit - The case of rural households in Vietnam. **Economic Analysis and Policy**, v. 56, p. 135–147, 2017.

TORGA, Eliana Márcia Martins Fittipaldi; BARBOSA, Francisco Vidal; PEREIRA, Bruno Pérez. Análise de risco das operações de microcrédito. **Pretexto**, Belo Horizonte, v. 18, n. 1, 2017.

ULLAH, Inayat; KHAN, Madiha. Microfinance as a tool for developing resilience in vulnerable communities. **Journal of Enterprising Communities: People and Places in the Global Economy**, v. 11, n. 2, p. 237-257, 2017.

UNITED NATIONS. **Resolution adopted by the General Assembly: United Nations Millennium Declaration**. New York, 2000. Acessível em <https://www.un.org/en/development/desa/population/migration/generalassembly/docs/globalcompact/A_RES_55_2.pdf> Último acesso em 07 mar 2021.

UNITED NATIONS. **Transforming our world: The 2030 agenda for sustainable development**. New York, 2000. Acessível em <https://www.un.org/pga/wp-content/uploads/sites/3/2015/08/120815_outcome-document-of-Summit-for-adoption-of-the-post-2015-development-agenda.pdf> Último acesso em 07 mar 2021.

UNITED NATIONS. **UN launches international year of microcredit 2005**: press release. New York, 2004. Acessível em <<https://www.un.org/press/en/2004/dev2492.doc.htm> > Último acesso em 07 mar 2021.

YISHAY, Ariel Ben; FRAKER, Andrew; GUITERAS, Raymond; PALLONI, Giordano; SHAH, Neil Buddy; SHIRRELL, Stuart; WANG, Paul. Microcredit and willingness to pay for environmental quality: Evidence from a randomized-controlled trial of finance for sanitation in rural Cambodia. **Journal of Environmental Economics and Management**, v. 86 p. 121–140, 2017.